



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº 44/2021**

Período: 27/11/2021 - 03/12/2021

**GEDES – UNESP/UNIFESP**

- 1- Aproximação de generais com Sergio Moro tem apoio da cúpula militar
- 2- Forças Armadas atuaram em operação contra garimpo ilegal no Rio Madeira
- 3- Novas pesquisas resgatam vigilância dos movimentos negros durante a ditadura militar
- 4- Ministério da Defesa associou intervenções militares na Amazônia à falsa redução de desmatamento
- 5- Decreto presidencial criou novo nível de promoção na Força Aérea Brasileira

### 1- Aproximação de generais com Sergio Moro tem apoio da cúpula militar

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a filiação do general Carlos Alberto dos Santos Cruz ao partido Podemos na última semana provocou reações positivas em um grupo de *WhatsApp* composto por nomes conhecidos nas Forças Armadas. Segundo o periódico, compõe o grupo os generais da reserva Santos Cruz, Paulo Chagas, Maynard de Santa Rosa, Lauro Luís Pires da Silva e Marco Aurélio Costa Vieira, além do coronel da ativa do Exército Walter Felix Cardoso e do capitão de Mar e Guerra dos Fuzileiros Navais Álvaro José Teles Pacheco. Nas conversas do grupo intitulado “3V” – acrônimo para 3ª Via –, os oficiais de alta patente acompanham a candidatura do ex-juiz federal e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro à presidência, e encaram a aproximação de membros da caserna com o ex-ministro como uma alternativa possível ao presidente da República Jair Bolsonaro e ao ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Além do general Santos Cruz, os generais Otávio do Rêgo Barros e Guilherme Theophilo também se aproximaram de Moro, que “acenou à caserna” em seu último discurso. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 28/11/21)

### 2- Forças Armadas atuaram em operação contra garimpo ilegal no Rio Madeira

Segundo reportagem d’*O Estado de S. Paulo*, agentes da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Federal e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizaram uma operação federal para apreensão e apreensão de equipamentos em um garimpo ilegal ao longo do Rio Madeira, no Amazonas. Chamada de Operação Uíara, as ações contra a lavra ilegal de ouro contaram com equipes “que entraram pelo rio, por meio de helicópteros e pelas estradas da região”. Trinta e uma balsas foram apreendidas e diversos equipamentos foram queimados com o intuito de “acabar com a

logística” da extração ilegal de minérios. (O Estado de S. Paulo - Metrópole - 28/11/21)

### 3- Novas pesquisas resgatam vigilância dos movimentos negros durante a ditadura militar

De acordo com a reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, nos anos 1970 diversos grupos de movimentos negros geraram desconfiança nos militares, levando-os a serem espionados pela ditadura militar (1964-1985). Nesse sentido, algumas pesquisas científicas recentes estão resgatando detalhes do trabalho dos órgãos de inteligência do período ditatorial. Segundo a pesquisadora Marize Conceição de Jesus, o que motivava a perseguição por parte do regime era o aumento do “antagonismo racial” no Brasil. De acordo com o periódico, o reforço da identidade negra era visto como uma forma de questionar o discurso governista de que existia uma “democracia racial” no Brasil, concepção ainda comum entre as Forças Armadas. Além disso, a pesquisadora afirmou que outra preocupação dos militares era a respeito do que estava sendo dito fora do país sobre a questão racial brasileira. O pesquisador Andersen Figueiredo pontuou que durante a ditadura haviam duas correntes no movimento negro, uma voltada à política e outra à cultura, mas que ambas tinham como objetivo desmistificar a ideologia da democracia racial. (Folha de S. Paulo - Poder - 29/11/21)

### 4- Ministério da Defesa associou intervenções militares na Amazônia à falsa redução de desmatamento

De acordo com a reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal realizada em agosto, discutiu-se uma redução no desmatamento do bioma. Nessa ocasião, estavam presentes representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia, Agricultura, Defesa, Economia e Minas e Energia, que, juntamente com o vice-presidente da República Hamilton Mourão, presidente do Conselho, elencaram as políticas que teriam levado à redução do desmatamento. No entanto, segundo dados oficiais, no período analisado (08/2020 - 07/2021) não houve redução, mas sim um aumento de 22% do desmatamento. O major-brigadeiro Flávio Luiz de Oliveira Pinto, representando o Ministério da Defesa na reunião, declarou à época que a suposta redução do desmatamento teria acontecido devido aos esforços do conselho, além de utilizar dados da intervenção militar na Amazônia para afirmar que sem esse empenho os gráficos apresentados sofreriam grandes alterações. Segundo o periódico, as intervenções militares, realizadas com base em decretos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) assinados pelo presidente da República Jair Bolsonaro, demandaram R\$ 550 milhões dos cofres públicos e, apesar disso, não garantiram os resultados necessários, mas sim um aumento do desmatamento. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 29/11/21)

### 5- Decreto presidencial criou novo nível de promoção na Força Aérea Brasileira

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro assinou, em 01/12/21, um decreto que criou a graduação de segundo sargento no Quadro Especial de Sargentos da Aeronáutica (QESA) da Força

Aérea Brasileira (FAB), além de reduzir de 20 para 15 anos o tempo para que um cabo possa ser promovido à essa nova patente. De acordo com a reportagem, representantes da FAB têm brigado pela pauta há 10 anos, uma vez que a posição já existia tanto no Exército quanto na Marinha. Cerca de 1400 membros do QESA poderão receber a promoção e acréscimo na remuneração. Em nota, a FAB afirmou que o impacto financeiro da medida se compensará “pela redução dos efetivos de cabo e soldado”. O jornal lembrou ainda que o governo Bolsonaro decidiu, em setembro, reforçar os recursos usados livremente pelo Ministério da Defesa no orçamento de 2022, liberando R\$ 11,8 bilhões em verbas discricionárias, usadas em gastos administrativos e investimentos. O valor, segundo a reportagem, é R\$ 1,6 bilhão maior que o orçamento efetivo para 2021, e R\$ 132 milhões acima do que havia sido proposto inicialmente para este ano. (Folha de S. Paulo - Poder - 03/12/21)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNESP/Franca**

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scandiuzzi

Yuugo Gushiken

**Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Giovanna Palas Soares Santos

Grazielly Dourado Santos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima